

O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE DESFAVELAMENTO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: o Desfavelamento do Vergueiro (1962)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

VELLARDI, Victória Janoti

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU USP)

victoria.janoti@usp.br

CASTRO, Ana Claudia Scaglione Veiga de

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU USP)

anacvcastro@usp.br

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo passa por um rápido crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1970, em decorrência de um projeto de industrialização da cidade que atrai trabalhadores de diversas regiões do país. Devido à rapidez desse processo, e aliado aos efeitos da Lei do Inquilinato em 1942 e às numerosas demolições realizadas pelo Plano de Avenidas, em 1930, o crescimento urbano ordenado não acompanha o crescimento populacional (Bonduki, 1998) e, com isso, um grande número de imigrantes se volta para soluções habitacionais de baixa qualidade como cortiços, favelas e autoconstrução em loteamentos periféricos.

Ainda que o fenômeno das favelas estivesse presente em diversas cidades latino-americanas, em decorrência da enorme transformação demográfica, cultural e econômica desses centros urbanos no começo do século XX (Gorelik, 2024), em São Paulo as favelas são praticamente ignoradas até os anos 1970, diferente de outras cidades como Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, em que já

PENSAR FORA DO EIXO

há interesse em entender o fenômeno desde pelo menos a década de 1940 (Pearse, 1958; Gonçalves, 2016; Freyre, 1937; Lira, 1994).

Dessa forma, a bibliografia urbana clássica paulistana geralmente volta sua atenção ao processo de periferização e crescimento horizontal da malha urbana paulistana através de loteamentos legais e ilegais, as favelas só ganham relevância em 1973, quando é realizado o primeiro Censo Geral de Favelas (Taschner, 2001). Nabil Bonduki (1998), por exemplo, embora mencione a presença de favelas na capital, enfatiza as construções em loteamentos periféricos como a principal alternativa à falta de habitação desde pelo menos a década de 1940. Céline Sachs reforça essa ideia ao afirmar que, durante a década de 1970, “São Paulo perdeu sua originalidade, preservada por tanto tempo, de metrópole brasileira sem favela” (Sachs, 1999, p. 85).

No entanto, pesquisas recentes vêm indicando uma presença importante das favelas na cidade ao menos desde a década de 1940. Jorge Paulino (2007) e Fernão Lara (2013) buscam retomar os processos que dão início ao fenômeno de maneira qualitativa, já Júlia Flock (2021) faz essa retrospectiva de maneira quantitativa, e consegue localizar 79 favelas na capital paulista entre as décadas de 1940 e 1960¹. A presença das favelas na cidade também pode ser evidenciada pelos relatos de trabalho de assistentes sociais², pela atividade de diversas organizações assistencialistas católicas nas favelas³, pela literatura de testemunho de Carolina de Jesus em Quarto de Despejo e por organizações civis de auxílio aos moradores das favelas – como o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), enfoque deste trabalho.

Com o lema “Por São Paulo sem Favelas” e ativo entre 1961 e 1967, o Movimento realizava intervenções em duas frentes, a primeira se tratava de ações pontuais a fim de promover saúde, educação e infraestrutura básica aos moradores. A segunda e principal frente se tratava dos desfavelamentos em si, em que as famílias eram realocadas, em geral para a periferia, e o terreno da favela era restituído ao proprietário. Foram localizados três desfavelamentos liderados pelo MUD nas favelas da Mooca, do Vergueiro e do Tatuapé (Tanaka, 1995).

¹ A própria historiografia urbana clássica chega a reconhecer a presença das favelas, apesar de considerá-la um fenômeno irrelevante nesse momento, como revela Suzana Taschner (2001): “Embora presente desde há muito, o fenômeno favela, em São Paulo, só vai se desenvolver em larga escala nos anos 70”.

² Marta Godinho (1955) e Iracy Junqueira (1962), por exemplo.

³ Como a Cruzada Pio XII, a Associação Cristã de Moços, a Confederação de Famílias Cristãs e outras (MUD, 1963, p. 28).

O relatório de trabalho do Desfavelamento do Vergueiro (MUD, 1963) permite compreender a metodologia, o funcionamento e os objetivos do MUD, possibilitando a construção de um panorama de suas atividades e formas de intervenção. A partir dessa fonte, também foi possível identificar organizações assistencialistas católicas que atuaram em parceria com os universitários, evidenciando uma intensa circulação de informações e interação entre esses grupos. Esses elementos indicam que a atuação do Movimento se inseria em um campo mais amplo de práticas e discursos sobre a favela, que extrapolava sua ação direta.

Assim, a pesquisa tem como pano de fundo a presença (ou ausência) das favelas nas discussões universitárias, em especial para os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, mas, para além disso, busca-se aqui compreender como se dava o entendimento acerca desse fenômeno naquele momento e quais eram as ações tomadas por esses universitários organizados para enfrentá-la. Considerando que o Movimento era composto majoritariamente por estudantes de formação católica, muitos deles vinculados à Juventude Universitária Católica (JUC), busca-se ainda investigar o papel da Igreja na formulação dessas leituras e práticas, entendendo sua atuação como um elemento de articulação entre assistência social e intervenção urbana.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de fontes primárias e secundárias. Em relação às fontes primárias, visando reconstruir práticas, discursos e formas de intervenção do MUD, realizou-se a leitura crítica de documentos originais produzidos pelo Movimento⁴, articulada a documentos contemporâneos à sua atuação, como relatórios de trabalho elaborados por assistentes sociais, publicações estudantis e matérias jornalísticas. Para tal, foram acessados os acervos da Biblioteca da FAU USP, dos centros acadêmicos Oswaldo Cruz (Faculdade de Medicina da USP), XI de Agosto (Faculdade de Direito da USP) e do GFAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP), além do acervo digital do jornal O Estado de São Paulo.

Em paralelo, foi realizado o levantamento e leitura de referências secundárias que mencionam o MUD, seguido da consulta a uma bibliografia mais ampla sobre a historiografia da cidade de São

⁴ Até então só foi possível acessar dois documentos produzidos pelo movimento: o Relatório de Trabalho na Favela do Vergueiro (MUD, 1963) e o Plano de Trabalho para a Favela do Tatuapé (MUD, 1963). Apesar de fontes como Marta Tanaka (1995) indicarem que o MUD produziu outras publicações (como boletins, relatórios e um jornal), ainda não conseguimos acesso ao acervo onde acredita-se que estejam armazenados, o Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP) na FAU USP.

Paulo, com ênfase nos processos urbanos associados ao seu acelerado crescimento demográfico e territorial entre as décadas de 1950 e 1970. Por fim, foram conduzidas duas entrevistas com arquitetos ex-integrantes do Movimento, utilizadas como fonte complementar para a compreensão das motivações, dinâmicas internas e do contexto de atuação do MUD.

3 RESULTADOS

O Movimento Universitário de Desfavelamento foi fundado em maio de 1961, após uma reunião com representantes da Divisão de Serviço Social da Prefeitura, então dirigida pela assistente social Iracy Junqueira, primeira diretora da Escola de Serviço Social da PUC (Tanaka, 1995, p. 13). Os estudantes estavam interessados em compreender e reproduzir o método de desfavelamento do Canindé, considerado um sucesso pela Prefeitura, realizado entre 1960 e 1961 após uma enorme enchente (Junqueira, 1962). Além dessa reunião, os documentos publicados pelo MUD indicam que a Prefeitura manteve uma relação de supervisão e assessoria com o Movimento por meio das assistentes sociais vinculadas à Divisão de Serviço Social (MUD, 1963, p. 11). Essa ligação sugere um alinhamento do Movimento às diretrizes institucionais de intervenção urbana do poder público, mesmo que através de uma supervisão técnica. Nesse contexto, o MUD se configurava como uma alternativa viável para a solução da questão das favelas na cidade.

O Movimento era formado por estudantes de diversos cursos como Arquitetura e Urbanismo e Direito, mas os universitários de Medicina eram maioria, visto que muitos deles já atuavam nas favelas anteriormente através da Liga de Ambulatórios Populares do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da USP (Tanaka, 1995, p. 13). Os materiais encontrados permitiram reconstituir a atuação do MUD nas favelas em geral, recuperando as intervenções promovidas pelo Movimento, divididas entre ações pontuais e ações integrais. Pontualmente, o MUD realizava intervenções sanitárias, de saúde, educacionais, recreativas e jurídicas – sendo alguns exemplos, respectivamente, instalação de torneiras públicas e fossas, campanhas de vacinação, treinamento e colocação profissional, recreação infantil e orientação jurídica às famílias (Tanaka, 1995, p. 9). Suas ações integrais, ou seja, os projetos de desfavelamento liderados pelo Movimento, foram três: na favela da Mooca, entre 1961 e 1963; na favela do Vergueiro, entre 1961 e 1962; e na favela do Tatuapé, entre 1962 e 1967, totalizando 248 famílias realocadas (MUD, 1963, p. 3; Tanaka, 1995, p. 21).

Este trabalho pretende dar enfoque à experiência de desfavelamento do Vergueiro, para a qual se dispõe de seu Relatório de Trabalho (MUD, 1963). Sendo a segunda intervenção do MUD, e

PENSAR FORA DO EIXO

frequentemente apresentada como a mais bem-sucedida, essa experiência é aqui tomada como um caso referência para a análise, na medida em que permite compreender o modelo de atuação do Movimento – em especial no que diz respeito às parcerias, aos participantes e ao método adotado. Na ocasião, foram realocadas todas as 98 famílias da chamada “pequena favela”, uma vez que a favela do Vergueiro se dividia em dois terrenos distintos. Diante de um pedido emergencial de despejo, o MUD concentrou sua atuação sobre a menor região da favela, o que indica um recorte imposto não apenas pela urgência externa do caso, mas também pela própria capacidade limitada de intervenção do grupo (MUD, 1963, p. 6).

Quanto ao financiamento de suas atividades, o MUD recebeu uma verba do Governo do Estado de São Paulo, porém a maioria dos donativos provinham de empresas privadas ou fundações, como Jockey Club, Fundação Mac Ashan (MUD, 1963, p. 59), Willys Overland do Brasil, General Electric S.A., Avon Cosméticos Ltda, Singer Sewing Machine Co., Pfizer Corporation do Brasil, entre outras (Peres, 2007, p. 37). A predominância de recursos privados sugere que, embora o poder público orientasse tecnicamente o Movimento e se beneficiasse de suas atividades, não assumia centralmente o financiamento dessas iniciativas e se isentava de tomar medidas acerca do problema habitacional da cidade.

O método dos desfavelamentos realizados pelo Movimento se dividia em 4 principais etapas: levantamento socioeconômico e topográfico, congelamento da favela⁵, realocação das famílias e, por fim, a demolição dos barracos e restituição do terreno ao proprietário (Tanaka, 1995, p. 19). A forma de realocação das famílias era avaliada caso a caso pelos estudantes, porém as opções em geral eram: retorno ao *local de origem*, casa de familiares, casa alugada, compra de lote seguida de construção de casa própria e, no caso específico do desfavelamento do Tatuapé, conjunto habitacional COHAB. As opções consideradas pelo MUD apontam para um processo que, nesse momento, vai deslocar a população mais pobre para as bordas da cidade, afastando do centro fenômenos como os cortiços e favelas (Bonduki, 1998).

A equipe de trabalho, para além dos universitários, era formada por participantes de organizações católicas de caráter assistencial que atuavam anteriormente na favela, em especial a Cruzada Pio XII, a Associação Cristã de Moços e a Confederação de Famílias Cristãs. Esta última teve papel fundamental para o MUD por representá-los juridicamente por algum tempo, viabilizando o

⁵ Após a realização do levantamento, nenhuma família poderia se mudar para a favela, da mesma maneira que as famílias que saíssem teriam seus barracos demolidos e não poderiam retornar (Tanaka, 1995, p. 19).

PENSAR FORA DO EIXO

recebimento de verbas e doações e a gestão dos recursos nas atividades de desfavelamento. O trabalho prévio dessas organizações católicas foi essencial pois, por já terem criado uma familiaridade com os moradores, facilitaram a interação entre os universitários e as famílias (MUD, 1963, p. 10).

Buscando compreender a repercussão do MUD no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, em específico entre os estudantes, realizou-se uma entrevista com o arquiteto Paulo Bruna, único integrante encontrado até então. Bruna participa do Movimento ao projetar um conjunto de casas em Jandira, destinado às famílias da favela do Vergueiro que não possuíam fonte de renda por idade avançada, doença ou outros motivos (MUD, 1963, p. 26). Em entrevista, Bruna mencionou que não foi um participante ativo no Movimento, e o projeto foi consequência de uma espécie de encomenda de um amigo, o arquiteto Wilson Jorge, que foi entrevistado em seguida.

Durante a conversa, Jorge relata que participou “marginalmente” do movimento e que, sendo amigo de outros participantes tanto do MUD⁶ quanto da JUC, foi apenas um intermediário para encontrar um responsável pelo conjunto de casas. Com a entrevista foi possível localizar o Seminário de Habitação Popular, realizado por Jorge e Nélio Rodrigues, através do Grêmio da FAU, em 1962, o que indica a presença de um interesse organizado dos universitários em compreender os problemas habitacionais da metrópole paulista e, assim, o MUD se configura como um vetor de pesquisa e experimentação importante para formar o repertório de intervenções dos estudantes, como comenta Marta Tanaka:

A prática do MUD provou que os experimentos não ortodoxos não são menos científicos, menos organizados, nem menos elaborados que os produzidos tradicionalmente. [...] Exatamente por não terem a garantia da tradição, essas experiências exigem aprofundamento na pesquisa e na análise, garantindo um processo de produção de alta qualidade (Tanaka, 1995, p. 46).

O momento exato e as motivações para o fim do MUD ainda não estão claros. Sabe-se que outras entidades com objetivos similares, surgem contemporaneamente à sua atividade, como a Comissão de Desfavelamento do Estado de São Paulo em 1964⁷ e o Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado (MOV) em 1966⁸. Também parece ter sido relevante o crescente número de habitações construídas pela COHAB, que surge em 1965, e que inclusive atende

⁶ Jorge cita que sua colega Nilva Prado Fridman, também estudante na FAU USP, foi uma participante mais ativa no Movimento, porém até então não foi possível localizá-la.

⁷ Desfavelamento. Estadão, São Paulo, 02 de dezembro de 1964.

⁸ Favelas estão sem solução. Estadão, São Paulo, 08 de julho de 1966.

PENSAR FORA DO EIXO

parcialmente os moradores realocados pelo MUD, e parte de uma compreensão estatal de que o problema habitacional paulistano havia tomado uma proporção alarmante e que sua solução se baseava apenas na ampliação da oferta habitacional periférica. Assim, parece haver um esfriamento da discussão no âmbito universitário que, também em função da atmosfera opressora após o golpe civil militar de 1964, leva à dissolução do MUD.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto em que a historiografia urbana tradicional privilegia o processo de periferização como mecanismo hegemônico, a atuação do MUD evidencia não apenas a presença concreta das favelas na cidade antes da década de 1970, mas também a existência de iniciativas organizadas voltadas ao seu enfrentamento, inclusive no âmbito universitário. A partir do estudo do caso do Vergueiro, foi possível reconstituir aspectos centrais do funcionamento do Movimento, como sua metodologia de intervenção, sua organização interna e sua articulação com outras entidades. Nesse sentido, o MUD se inseria em um campo mais amplo de práticas de assistência aos moradores das favelas, no qual se destacam tanto a atuação de órgãos públicos quanto a presença de organizações católicas.

A relação com o poder público, ainda que marcada por uma ausência de financiamento direto consistente, revela um alinhamento metodológico importante, indicando que o Movimento funcionava, em certa medida, como uma extensão operacional de diretrizes institucionais. Por outro lado, a dependência de recursos privados e doações, associada à ausência de uma política pública mais abrangente de enfrentamento da questão habitacional, aponta para uma transferência parcial de responsabilidade do Estado para iniciativas da sociedade civil como o MUD. Nesse contexto, as ações do Movimento, embora organizadas, trabalhavam em uma escala quase insignificante tendo em vista a dimensão do problema.

Além disso, o próprio método de desfavelamento adotado (a partir da realocação das famílias, em geral para a periferia da cidade, e restituição do terreno ao proprietário) se insere em uma lógica mais ampla de reorganização espacial da cidade, que contribui para o deslocamento da população de baixa renda para as franjas urbanas. Ainda que apresentado como solução para as condições precárias de moradia nas favelas, entende-se hoje que esse modelo não enfrenta as causas estruturais da desigualdade habitacional.

PENSAR FORA DO EIXO

No que diz respeito à participação dos estudantes, o MUD revela um engajamento expressivo entre os universitários, em especial através de organizações católicas como a Juventude Universitária Católica. Esse engajamento, no entanto, não se traduziu necessariamente em uma incorporação sistemática da favela como objeto central de reflexão nos campos disciplinares, o que ajuda a explicar, em parte, sua ausência na produção acadêmica daquele momento. Também parece relevante a presença mais significativa dos estudantes de Medicina, em relação aos de Arquitetura e Urbanismo – o que sugere que a questão das favelas era considerada mais como uma questão de saúde pública do que uma consequência das desigualdades econômicas e espaciais. Assim, o MUD pode ser compreendido como uma experiência que expressa tanto as possibilidades quanto os limites da atuação universitária e assistencialista frente à complexidade da questão urbana naquele momento histórico. Mas, para além de suas limitações, representa um interesse ativo dos universitários em compreender e solucionar os problemas habitacionais da cidade.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.

FISCHER, Brodwyn, Do Mocambo à favela: estatísticas e políticas sociais na cidade informal brasileira. In: GONÇALVES, R.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (orgs.), **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Pallas, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste**: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FLOCK, Julia. **Memória do esquecimento**: as primeiras favelas paulistanas na modernização da cidade (1940-1970). Relatório Final IC FAUUSP/ Fapesp, 2021.

JUNQUEIRA, D. Helena Iracy (direção). **O Desfavelamento do Canindé**. Divisão do Serviço Social da PMSP. São Paulo, 1962.

GODINHO, Marta Teresinha. **O Serviço Social nas Favelas**. São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para Escola de Serviço Social, 1955.

GONÇALVES, Rafael. **Favelas no Rio**: história e direito. Rio de Janeiro, Ed. PUC, 2016.

GORELIK, Adrián, **A cidade latino-americana**: una figura da imaginação social do século XX. Salvador: Ed. UFBA, 2024.

GFAU. **Seminário de Habitação Popular**. São Paulo, 1962.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo**: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro. Dissertação (Mestrado) FFLCH USP, São Paulo, 2013.



PENSAR FORA DO EIXO

LIRA, José, A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome: Recife década de 1930. **Espaço & Debates**. São Paulo, ano XIV, n.37, 1994.

MUD. **Desfavelamento do Vergueiro**: relatório do trabalho na favela do Vergueiro. São Paulo, 1963.

_____. **Plano de Trabalho para a Favela do Tatuapé**. São Paulo, 1963.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre a favela em São Paulo**: uma história concisa das favelas paulistanas. Dissertação (Mestrado), FAU USP, 2007.

PEARSE, Andrew. **Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro**. Educação e Ciências Sociais, v. 3, n.7, 1958, pp. 9-32.

PERES, Elena Pajaro. **Exuberância e invisibilidade**: populações moventes e cultura em São Paulo, 1942 ao início dos anos 70. 2007. Tese (Doutorado em História Social), FFLCH USP, São Paulo, 2007.

SACHS, Céline. **São Paulo**: Políticas Públicas e Habitação Popular. São Paulo: Edusp, 1999.

TANAKA, Marta, “A vivência da realidade e a prática do fazer: o Movimento Universitário de Desfavelamento”. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, n. 6, Série Habitação Popular, mai./jun. 1995.

TASCHNER, Suzana. **Favelas em São Paulo - censos, consensos e contra-sensos**. Cadernos Metrópole, n. 5, 2001.